



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coord. Paulo Oliveira

ENCONTRO  
**DAS ÁGUAS**

BRÁSILIA - 2001

TERCEIRA-SECRETARIA DA MESA

ISBN 85-7365-146-6



9 788573 465146



**MESA DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

51ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa  
2001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERCEIRA SECRETARIA DA MESA

**Presidente:** AÉCIO NEVES (PSDB-MG)  
**Primeiro-Vice-Presidente:** EFRAIM MORAIS (PFL-PB)  
**Segundo-Vice-Presidente:** BARBOSA NETO (PMDB-GO)  
**Primeiro-Secretário:** SEVERINO CAVALCANTI (PPB-PE)  
**Segundo-Secretário:** NILTON CAPIXABA (PTB-RO)  
**Terceiro-Secretário:** PAULO ROCHA (PT-PA)  
**Quarto-Secretário:** CIRO NOGUEIRA (PFL-PI)

**Suplentes de Secretário**

**Primeiro-Suplente:** PEDRO VALADARES (PSB-SE)  
**Segundo-Suplente:** SALATIEL CARVALHO (PMDB-PE)  
**Terceiro-Suplente:** ENIO BACCI (PDT-RS)  
**Quarto-Suplente:** WILSON SANTOS (PMDB-MT)

**Diretor-Geral:** Ademar Silveira Sabino

**Secretário-Geral da Mesa:** Mozart Vianna de Paiva

## ENCONTRO DAS ÁGUAS

*Conferência realizada no dia 6 de dezembro de 2000 na Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater sobre o tema água, sob o ponto de vista de sua utilização e preservação.*

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: *Afrísio Vieira Lima Filho*

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretora: *Suelena Pinto Bandeira*

### COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretora: *Nelda Mendonça Raulino*

#### Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – CEDI

Coordenação de Publicações – CODEP

Anexo I – 23ª andar

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF)

CEP 70160-900

Telefone: (61) 318-6865; fax: (61) 318-2190

E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

### SÉRIE

Ação parlamentar

n. 147

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

---

Encontro das águas. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

41p. – (Série ação parlamentar ; 147)

Conferência realizada no dia 6 de dezembro de 2000, pela Terceira Secretaria da Mesa, com o objetivo de debater sobre o tema água, sob o ponto de vista de sua utilização e preservação.

ISBN 85-7365-146-6

1. Água, utilização. 2. Água, escassez. 3. Recursos hídricos, preservação. I. Séric.

CDU 556

---

ISBN 85-7365-146-6

## SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	7
Conferência: Encontro das Águas .....	9
Expositores:	
Riccardo Petrella .....	15
Cândido Mendes de Almeida .....	21
Frei Leonardo Boff .....	26
Aspásia Camargo .....	32
Lauro Morhy .....	34
Carvoeiros – Pedro Tierra .....	39

Conferência: *Encontro das Águas*

Organizadores:

Deputado JAQUES WAGNER (PT/BA)

Deputado ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)

Deputado Distrital CHICO FLORESTA (PT/DF)

## APRESENTAÇÃO

A água está diretamente ligada ao surgimento da vida na Terra e se constitui no elemento mais precioso para a nossa sobrevivência. É tanta a sua importância atual, que o acesso à água começa a ser tratado como questão de segurança nacional por inúmeros países que temem pela sua escassez em futuro próximo.

Apesar da natureza pródiga em fontes, nascentes e rios, o Brasil já enfrenta sérios problemas tanto de qualidade de água quanto de sua escassez em alguns pontos do território. Tal constatação exige uma tomada de consciência nacional sobre a amplitude do problema e torna premente a necessidade de decisões visando a qualidade de vida das próximas gerações, daí nossa iniciativa de promover um debate na Câmara dos Deputados.

Participaram do evento Riccardo Petrella, coordenador do Pacto Internacional da Água, o sociólogo Cândido Mendes de Almeida, o teólogo Leonardo Boff, Lauro Morhy, reitor da Universidade de Brasília e Aspásia Camargo, chefe da assessoria técnica da Secretaria-Geral da Presidência da República. Suas intervenções apontaram sempre no sentido de que o tema da água transcende em muito as mesas de negociações, uma vez que se trata de um bem comum a toda humanidade e fator decisivo da sobrevivência da vida na Terra.

Ao final todos foram convidados para o Brinde das Águas, na Rampa do Congresso Nacional, uma homenagem festiva realizada com as águas de boa qualidade trazidas de várias partes do Brasil.

Deputado *JAQUES WAGNER*,  
Deputado *ALOIZIO MERCADANTE*  
Deputado Distrital *CHICO FLORESTA*.

Brasília, dezembro de 2000.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Boa tarde a todos. É uma grande satisfação para a Terceira Secretaria da Mesa contribuir para a organização desta Conferência Encontro das Águas.

Vou começar – o nosso tempo não é muito longo – com a composição da Mesa. Convido o Deputado Federal Aloizio Mercadante, de São Paulo, Líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados; o Deputado Distrital Chico Floresta, do PT, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF, que também teve participação importante na organização deste evento; o Dr. Riccardo Petrella, Coordenador do Pacto Internacional da Água; o Frei Leonardo Boff, teólogo e escritor, que também vai-nos ajudar neste debate; o Reitor Cândido Mendes, sociólogo e escritor, que também se dedica ao tema e vai-nos dar a sua contribuição; a Dr<sup>ª</sup> Aspásia Camargo, Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria-Geral da Presidência da República; Dr. Lauro Morhy, Reitor da Universidade de Brasília. Registro ainda a presença do professor Mohamed Habib, Vice-Reitor e Coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp.

Solicitaria àqueles que estão representando entidades da sociedade civil, governos municipais e estaduais que fizesses fazer chegar à Mesa os seus nomes para registro de presenças.

Ainda não passamos a palavra ao primeiro palestrante, porque estamos aguardando a chegada de alguns estudantes de colégios aqui do Distrito Federal para participarem deste debate, até porque o brilho das águas também é uma preocupação muito grande com esta geração que pode eventualmente ter dificuldade de acesso à água, bem tão fundamental para a vida do ser humano.



Da esquerda para a direita: Cândido Mendes, Riccardo Petrella, Aloizio Mercadante, Jaques Wagner, Chico Floresta, Leonardo Boff, Aspásia Camargo e Lauro Morhy

Dando início aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Federal Aloizio Mercadante, idealizador do debate. Junto conosco, na Terceira Secretaria, e com o Deputado Distrital Chico Floresta, S. Ex<sup>ª</sup> conseguiu concretizar sua idéia com a realização deste evento, que, na minha opinião, é da maior importância para o Poder Legislativo Federal.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE – Boa tarde a todos. Houve um pequeno atraso em função de alguns estudantes que se dirigem para cá. Eles tiveram algumas dificuldades no embarque. De qualquer forma, não temos como postergar o início das nossas atividades, porque temos uma agenda hoje  *muito dinâmica* aqui no Congresso Nacional. Provavelmente terei que me retirar ao longo do seminário, porque haverá, hoje à tarde ainda, votações de vários projetos relevantes. Como os senhores sabem, é imprevisível a evolução do trabalho do Legislativo. Somos obrigados a estar de prontidão para os encaminhamentos de votações relevantes que ainda ocorrerão ao longo do dia de hoje, como ocorreu ontem com o salário mínimo, a votação da quebra do sigilo bancário e outros projetos conexos que estarão sendo debatidos hoje.

Quero inicialmente dizer o motivo desta conferência. A água é uma questão que está essencialmente ligada à vida humana e à vida de uma forma geral.

Somos um País que pela generosidade da natureza nunca tratou a questão da água com a importância estratégica que ela teria e tem para qualquer nação, para qualquer sociedade e também para esta sociedade.

Temos assistido nas grandes cidades a um processo de deterioração crescente dos recursos hídricos disponíveis. A cidade onde moro, por exemplo, neste ano, durante mais de um mês, três milhões de pessoas não tiveram o abastecimento de água assegurado diariamente. Eram períodos de racionamento, especialmente nas regiões mais carentes da cidade de São Paulo, uma cidade cuja origem é exatamente o vigor dos recursos hídricos disponíveis, pelos entroncamentos de rios, especialmente do Tietê e do Pinheiros. No entanto, São Paulo está assistindo à degradação das represas da Guarapiranga e Billings. O custo da despoluição do rio Tietê é o projeto mais caro do Estado e provavelmente seremos obrigados a buscar fontes de recursos hídricos a uma distância bastante significativa, em projetos de engenharia extremamente caros para poder suprir essa deficiência decorrente da incapacidade de preservar os recursos disponíveis.

Não é diferente o que acontece no Rio de Janeiro. Todos nós assistimos ao processo cada vez mais agressivo de degradação da Lagoa Rodrigo de Freitas, um cartão-postal da cidade. Temos visto ali um processo acelerado de deterioração e de comprometimento, além de denúncias sobre a qualidade do abastecimento da água no Estado e as dificuldades de se continuar suprindo de forma segura e sustentável um recurso tão essencial à qualidade da vida.

O Brasil tem aproximadamente 12% da água disponível no planeta. O problema é que esses recursos estão concentrados fundamentalmente na Amazônia, na região Norte. Outras regiões, como o Nordeste, dispõem de 3% de recursos hídricos do País. O grande veio do abastecimento de água do Nordeste está ligado ao rio São Francisco. Um dos grandes debates que ocorrem nesta Casa neste momento é justamente a proposta de transposição das águas do São Francisco. O Governo colocou trezentos mi-

lhões de reais no Orçamento deste ano para dar início às obras de transposição, um megaprojeto de pelo menos três bilhões de reais.

Todas as recomendações ambientais questionam esse tipo de procedimento pelas implicações que podem ter no ecossistema e inclusive para a própria sobrevivência do rio São Francisco ao longo do próximo século. Há 150 anos vem-se debatendo essa transposição. Em alguns Estados, como é o caso do Ceará, as fontes disponíveis estão cada vez mais escassas e a demanda por novas fontes é absolutamente vigorosa. A mesma coisa talvez esteja acontecendo na Paraíba. Vale lembrar que outros Estados associados à evolução do rio não querem essa obra de engenharia. Isso divide bancadas, regiões e já introduz na sociedade brasileira uma grande disputa política e regional pelos recursos hídricos, cada vez mais escassos.

A nossa bancada vai lutar para retirar essa emenda do Orçamento, porque não é possível começar uma obra como essa sem que o Rima, ou seja, o relatório de impacto ambiental, esteja definido. Parece-me muito difícil que alguma autoridade efetivamente séria seja capaz de dar um atestado de que uma obra dessa magnitude não trará impactos extremamente preocupantes sobre o ecossistema do Nordeste.

Portanto, a disputa da água já está presente nas grandes cidades, em algumas regiões do País, sem falar no restante do planeta onde dezenas de países já convivem com essa situação de absoluta precariedade.

O aproveitamento da água não é apenas mais um problema de investimento, de infra-estrutura, canalização e abastecimento. Há nesse momento todo um debate sobre se a água continua sendo um direito do cidadão, portanto, um bem comum que a natureza nos oferece, ou uma mercadoria como tantas outras. Fizemos ao longo desse período um esforço muito grande para implementar uma política nacional, um Plano Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional de Águas, que o Congresso Nacional votou recentemente e que nós participamos mais de um ano negociando a criação dessa instituição. Fizemos também um grande esforço para estabelecer condições de financiamento para um programa de gestão das bacias hidrográficas, para assegurar a representação da sociedade civil na Agência Nacional de Água, enfim, para construir mecanismos mais eficazes e que sejam capazes de administrar, numa perspectiva de interesse público e da água como bem comum, a preservação de recursos tão decisivos para a da qualidade da vida e para a própria vida.

Seguramente ao longo do próximo ano, estaremos debatendo a privatização do saneamento da água. Não é uma agenda específica do Brasil. Esse tema não pode ser tratado também nos marcos simplificadoros como o do papel do Estado, o setor privado, e que o discurso neoliberal acabou induzindo a sociedade brasileira, boa parte dos países vizinhos da América Latina, e – porque não dizer – em vários outros continentes. Somos contra essa idéia de transformar a água numa mercadoria e, portanto, de impedir o acesso do povo, especialmente aquela população mais carente, a um bem tão decisivo e essencial à vida.

Por isso queremos agendar esse debate na sociedade brasileira e introduzir o tema água sob o ponto de vista de uma nova relação entre o homem e a natureza, a sustentabilidade, os projetos que devem ser considerados prioritários e como preservar

esses recursos ao longo do tempo. Além disso, assegurar um caráter público de gestão, de preservação, de utilização dos recursos hídricos disponíveis no Brasil.

Esta é a razão deste seminário. Ao concluí-lo, vamos fazer um brinde das águas – por isso todos serão convidados. Será uma forma de chamar a atenção da opinião pública para essa discussão. Com isso tentaremos mostrar que o Congresso Nacional precisa pronunciar-se sobre essa agenda, com urgência histórica, com debate mais aprofundado e, sobretudo, com uma nova concepção entre desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais e estratégicos.

Portanto, ao iniciar este seminário, quero, primeiramente, agradecer a presença de todos. Quero saudar o professor Cândido Mendes, que vem se debruçando sobre essa temática no Brasil e que tem participado de articulações internacionais; a professora Aspásia Camargo, que vem aqui hoje representando a Presidência da República, uma especialista nessa área e que vem fazendo um estudo, desde quando ocupa a Pasta do Meio Ambiente há algum tempo e com quem também tenho mantido uma feliz convivência de muitos anos; o companheiro Chico Floresta e o Deputado Jaques Wagner que foram parceiros em toda essa empreitada – sem o Deputado Jaques Wagner jamais poderíamos ter realizado essa iniciativa. Quero agradecer ainda a presença do Reitor da UnB, que vem prestigiar este nosso evento. Não poderia deixar de ressaltar a honra para nós muito grande de ter o Frei Leonardo Boff nesta Casa. Às vezes, a fé, a teologia, a filosofia, o discurso profético, a sensibilidade, dizem mais aos homens do que a pretensa razão científica. Espero que esse vigor profético do discurso do Frei Leonardo Boff seja capaz de nos ajudar para que tenhamos uma reflexão mais ampla e generosa com a natureza na nossa sociedade.

Quero agradecer, em particular, a presença do professor, economista e intelectual, Riccardo Petrella, com quem tenho me encontrado nesta agenda internacional.

Não há acontecimento importante neste planeta em que ele não esteja presente. A nossa aproximação aconteceu exatamente porque os temas que o preocupam são os meus também. Ele, do outro lado do mundo, vê a Terra numa outra perspectiva, além de ter muitas informações. Mesmo assim, mantém o compromisso com a maioria do povo deste planeta, ao fazer uma relação entre ética, economia e sociedade que, a meu ver, abre um novo caminho de desenvolvimento para a sociedade.

Estive na “ONU dos Povos”, uma assembléia internacional, realizada na Itália, e também no Conselho Mundial de Igrejas, num seminário semelhante a esse, e lá estava o Sr. Riccardo Petrella. Estarei em Porto Alegre, dia 25 de janeiro, no Fórum Social Mundial e quero convidar os presentes a participarem do evento, a fim de organizar a sociedade, paralelo à da Davos, onde os grandes grupos econômicos estarão reunidos junto com o Banco Mundial, o FMI, as organizações multilaterais, na Suíça. Estaremos reunidos em Porto Alegre, articulando a sociedade civil do planeta e mostrando a nossa agenda, o nosso debate e a nossa visão sobre qual deve ser o caminho de desenvolvimento do planeta.

Ao terminar, quero registrar a presença de alguns Deputados: dois do Pantanal, Manoel Vitório e João Grandão, ambos da bancada do PT, porta-vozes e lutadores da preservação dos recursos hídricos. Manoel Vitório é um Deputado recente desta

bancada. Outro, sempre envolvido com essa luta pela água, é o Deputado Clementino Coelho, representante da região Nordeste, uma região extremamente carente. S. Ex<sup>a</sup> está sempre lutando pelo semi-árido nordestino e preocupado com o aproveitamento dos recursos hídricos. Está presente o Deputado Valdir Ganzer, do Pará, eleito Vice-Prefeito de Belém, que também, pelo seu compromisso com a Amazônia, está atento ao assunto. Finalmente, o Deputado Fernando Gabeira, um baluarte nessa luta pelo meio ambiente, pioneiro e vanguardista nesse tema na sociedade brasileira. Não houve um momento neste Congresso quando se debatia esse tema em que sua voz não era ouvida para defender esses interesses, às vezes tão pouco defendidos nesta Casa.

Passo a palavra ao Deputado Jaques Wagner. S. Ex<sup>a</sup> irá ordenar as intervenções. Antecipadamente, peço desculpas se em algum momento eu tiver que me retirar, pelos compromissos de votação em plenário, porque hoje a nossa agenda está bastante sobrecarregada. Meu obrigado a todos.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, passo a palavra ao nosso coordenador, Deputado Jaques Wagner, o grande empreendedor dessa iniciativa.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Obrigado, Deputado Aloizio Mercadante. Vou tentar ser o mais rápido possível, porque infelizmente as quartas-feiras são meio atribuladas aqui, na Câmara dos Deputados, e quero aproveitar ao máximo a explanação dos nossos expositores.

Registro a presença do Prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, Pedro Martendal; do Prefeito de Poços de Caldas, Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos; do representante e Superintendente da Prefeitura Municipal de Salvador, George Waxman; do Prefeito de Ipaba, Geraldo dos Reis Neves; do Prefeito de Bugre, de Minas Gerais, Jordão Viana Teixeira; do Prefeito de Arinos, também de Minas Gerais, José Idelbrando Ferreira de Souza; da Secretária Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, Leny Mary Góes Toniolo; e do representante da Empresa de Saneamento Básico do Município de Mauá, Ryszard Guterman.

Quero registrar a presença – não sei exatamente de quais colégios, uns já chegaram, outros estão por chegar – dos nossos jovens estudantes, que imagino, sejam do Centro de Ensino da Ceilândia nº 5, ou do Ginásio da Asa Norte, ou da Escola Classe 312 Norte, ou do Centro Educacional nº 2, do Cruzeiro Novo, a quem peço uma salva de palmas, porque este evento está sendo realizado por causa de uma aclamação deles, a fim de despertar as nossas autoridades e a sociedade civil em relação ao aproveitamento das águas.

Estão aqui conosco também o Prefeito de Teixeira de Freitas, da Bahia, minha terra, Sr. Wagner Mendonça; o Sr. Egon Krakhecke, Secretário de Estado do Meio Ambiente, Cultura e Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul; o Sr. Rubié Queiroz de Oliveira, Prefeito eleito de Canápolis, na Bahia; a Sr<sup>a</sup> Eliana Santos Cardoso, Supervisora da Indaiá Brasil – Águas Minerais Ltda; o representante do Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, Sr. Marco Antônio Garrido, Diretor da Gestão de Recursos Hídricos; o Prefeito Jaime Luiz Muraro, de Tangará da Serra, Mato Grosso; o Sr. Rizio Wachowicz, da Prefeitura de Araucária, Paraná. Registrarei posteriormente as outras presenças.



Concedo a palavra ao Deputado Distrital Chico Floresta, para que ele faça sua saudação. Logo depois concederemos a palavra aos nossos conferencistas, começando pelo Sr. Riccardo Petrella. Informo a todos que haverá tradução simultânea através de aparelho, que poderá ser adquirido lá fora, pois o orador fará sua exposição na língua italiana.

Deputado Distrital CHICO FLORESTA – Senhor Presidente, ao entrar aqui no auditório, encontrei o companheiro e Secretário de Cultura do ex-Governador Cristóvão Buarque, Hamilton Pereira – o poeta Pedro Tierra – que mostrou-me o poema que acabara de fazer, intitulado “Os Carvoeiros” (\*), e que tem muito haver com esta ocasião. Peço que conste nos anais deste Encontro para que outros possam desfrutar do prazer dessa enriquecedora leitura.

Deputado Jaques Wagner, estamos num momento de fundamental importância em função dos debates que iniciaremos. O companheiro Aloizio Mercadante foi pessoa fundamental nesse processo para que conseguíssemos trazer a esta Comissão pessoas tão importantes, com capacidade para debater a questão da água.

Para ser bem breve, conforme solicitação do Deputado Jaques Wagner, registro minha recente participação na Conferência do Clima, realizada em Haia.

Em meio ambiente as coisas estão extremamente interligadas. Quem aprendeu Física sabe que um dos conceitos da hidráulica é exatamente o de vasos comunicantes. O meio ambiente é um conjunto de vasos comunicantes que devem ser tratados ao mesmo tempo; caso contrário, não conseguiremos êxito no nosso principal objetivo, qual seja o de manter o nosso planeta com as condições que temos hoje para gerações futuras.

Por isso, temos de tratar da questão social, da questão da água, do uso e da ocupação do solo, da biodiversidade, do clima e de diversos aspectos que compõem esse ecossistema global, que é o nosso planeta Terra. Pode ser que nosso palestrante, Riccardo Petrella, faça referência a alguns aspectos que irei citar.

Na Conferência de Clima, em Haia, no meu entendimento, algumas previsões apresentadas pelos cientistas foram dramáticas, como, por exemplo, aquela de que teríamos em cinquenta anos a elevação em três metros e meio do nível dos mares. Hoje, a previsão caiu para trinta anos. Isso significa que, além do desaparecimento de países e ilhas, haverá nos países pobres necessidade de investimento nas cidades litorâneas, ou seja, um consumo enorme de recursos.

Enquanto a Conferência de Haia não chega a um entendimento em relação a isso, não resolvemos ainda o problema do efeito estufa, da continuidade de emissões de gases – e isso tem relação direta com a água. Especificamente em Brasília, enfrentamos um problema sério com a ocupação desordenada do solo, que vem causando enormes transtornos, do ponto de vista da qualidade de vida, pois atinge diretamente a problemática da água. Hoje já se estuda a captação de água potável para a futura população do Distrito Federal, em regiões distantes, fora do próprio espaço geográfico do DF, no Estado de Goiás, através da barragem de Corumbá, contrariando toda a orientação que se vem adotando no âmbito mundial, que é o das pequenas barragens. Estamos pensando em construir uma enorme barragem, o que trará uma série de impactos ambientais.

(\*) O poema “Os Carvoeiros” encontra-se publicado no final desta edição.

Temos também os condomínios, que vinham sendo tratados a partir de estudos de impactos ambientais. Infelizmente, na quadratura do atual Governo, estamos assistindo a uma infinidade de grilagens, que vêm comprometendo a qualidade de vida do Distrito Federal.

Restrijo-me a essas palavras. Este tema poderia ter maior abrangência, mas temos de aproveitar a oportunidade para ouvir um especialista, assim como vários companheiros da Mesa. Repito a saudação feita pelo Deputado Aloizio Mercadante a cada uma dessas pessoas, para que ganhem tempo e ouçamos as palavras dos nossos debatedores, Riccardo Petrella e Leonardo Boff.

Muito obrigado.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Obrigado, Deputado Chico Floresta. Ele foi mais rápido do que água de corredeira, atendendo ao nosso pedido. Antes de passar a palavra ao nosso amigo Riccardo Petrella, quero fazer um registro fundamental, para que as pessoas saibam o empenho de cada um dos convidados que fazem parte desta Mesa em relação ao tema.

O Riccardo Petrella chegou hoje pela manhã da Europa. Amanhã pela manhã, ele terá que retornar, porque já assumiu outros compromissos. Imagino que ele tenha enfrentado 24 horas de voo para poder estar aqui conosco. Quero agradecer muito carinhosamente a sua presença. Tem V. Sª a palavra.

RICCARDO PETRELLA – Boa tarde. Sou eu quem deve agradecer aos senhores, pela grande honra que me deram de estar com os senhores nesta Casa. Quero agradecer especialmente o Congresso brasileiro por me haver convidado e de poder participar junto com outras grandes personalidades, não só brasileiras como internacionais, como Leonardo Boff e Cândido Mendes. Particularmente Cândido Mendes, eu tenho o prazer de conhecer há tantos e tantos anos. Da mesma forma, sempre tive uma grande honra e prazer de ler Leonardo Boff e nele me inspirar e, para mim hoje é um prazer conhecê-lo pessoalmente. São estas as coisas belas da vida e eu a devo ao Congresso brasileiro e lhes agradeço por isso.

Para falar de água, vou centrar a atenção em cinco palavras ou expressões. Cinco palavras-chave que representam, no fundo, cinco grandes canteiros de inovação política, de luta social e econômica e de criatividade cultural.

A primeira palavra-chave e, por isso, o primeiro canteiro do futuro que proage imediatamente sobre o presente é vida. Água é direito à vida. Por que devemos falar em água como direito à vida? Porque hoje, em seis bilhões de pessoas, de seres humanos como os senhores e eu, um bilhão e 400 milhões de pessoas não têm acesso à água. Não têm acesso à água não é porque compram Coca-Cola, não é porque bebam cerveja, é porque não vivem. É um bilhão e 400 milhões de pessoas que não têm acesso à vida.

Se amanhã de manhã os senhores lessem nos jornais que na Europa morreram um milhão de gatos domésticos, porque os seus donos não lhes deram água para beber (porque os senhores sabem que se os gatos domésticos não bebem água eles morrem), milhares e milhares de pessoas sairiam às ruas protestando e diríamos que

os europeus são seres inumanos que deixaram morrer um milhão de gatos. Mas nós não saímos às ruas para impedir que um bilhão e 400 milhões de seres humanos não têm acesso à vida. E nós nos dizemos que fazemos parte de uma civilização planetária, que fazemos parte de uma aldeia global, que fazemos parte de uma rede mundial, que já somos na era da informática, dos transportes, das comunicações mundiais. E onde estão esses um bilhão e 400 milhões de seres humanos em todo esse contexto? Mas, em relação aos gatos, ficaremos tristes se eles morrerem. Os senhores jovens que estão aqui quantos gatos possuem em suas casas? São cerca de dois bilhões e meio de pessoas que não têm serviços sanitários, quer dizer, que vivem em condições de falta de higiene ou de má higiene e, portanto, os problemas de saúde são considerados enormes. Há metade da população mundial, três bilhões, que não têm nenhum sistema de tratamento de água a ser usada. Ora, pensem: somos seis bilhões de pessoas. Em vinte anos, seremos oito bilhões. E, desses dois bilhões a mais, praticamente, nenhum nascerá na América do Norte, na Europa Ocidental ou no Japão cuja população ficará estável. Os dois bilhões de seres humanos nascerão na Ásia, na África e na América Latina.



*"Para falar de água, vou centrar a atenção em cinco palavras ou expressões (...) A primeira palavra-chave e, por isso, o primeiro canteiro do futuro que proage imediatamente sobre o presente é vida. Água é direito à vida." (Riccardo Petrella)*

No momento, não se percebe bem se se deixa as coisas correrem como estão andando, não se percebe bem como esses dois bilhões de seres humanos a mais terão verdadeiramente acesso à água, ao direito à vida. Ora, vejam bem que em nossas sociedades, ditas desenvolvidas, nós estamos pouco a pouco abandonando a cultura dos direitos humanos. Hoje em dia, sempre mais, nos fóruns internacionais não se reconhece mais o direito à alimentação, não se reconhece mais o direito à educação, não se reconhece mais o direito à moradia. Em Haia, em março deste ano, os representantes dos cento e dezoito países não reconheceram o acesso à água potável como um direito hu-

mano e social. Rejeitaram. Malgrado existirem muitas pessoas e associações que, ao contrário, reivindicavam o reconhecimento do acesso à água como direito humano e social, mesmo assim, rejeitaram. Disseram que o acesso à água é uma necessidade vital. Assim como em Roma, na Cúpula da Alimentação, disseram que o acesso à alimentação é uma necessidade vital. Ora, se é uma necessidade vital e não é um direito, significa que cada um deve fazer o que pode para assegurar as suas necessidades. Na cultura dominante, há a tendência a considerar que o mecanismo de troca, o jogo de mercado é o melhor mecanismo para satisfazer as necessidades.

Assim, se os dois bilhões de novos seres humanos não conseguirem satisfazer as necessidades não terão direito, porque terão de pagar para satisfazer as necessidades.

A segunda idéia, a segunda palavra-chave que aparece quando se fala em água é o conceito de bem comum. Se os membros de uma sociedade não têm nada em comum, não é uma sociedade. Os senhores nunca viram uma família em que o pai, a mãe e as crianças não têm nada em comum e que cada um tenta fazer sozinho as suas coisas. Não se trata de uma família. E devagarinho, no mundo, está se desenvolvendo a idéia de que a água não é um bem comum que pertence à Humanidade e à vida, e que a água pertence aos microorganismos, pertence às plantas, pertence aos animais, pertence aos seres humanos. Ao contrário, está se difundindo cada vez mais a idéia de que a água é um bem econômico. Como dizia Aloizio Mercadante, um bem econômico e portanto uma mercadoria. Vocês mesmos podem constatar que quando se fala hoje em dia de economia ou quando se usa o adjetivo econômico, automaticamente pensamos em economia capitalista de mercado. Raramente pensamos na economia cooperativa, por exemplo, o adjetivo econômico não significa economia solidária, não se refere à economia mutualista, nunca. Hoje em dia, quando se usa o termo econômico qualquer um de nós pensa em economia de mercado. Quando se fala que há um bem econômico, fazemos referência a um bem que pertence à lógica da economia capitalista de mercado. E, quando se diz que é preciso dar um valor econômico à água, automaticamente, se diz que este valor é determinado pelo preço de mercado, fazendo, assim, uma grande confusão entre as coisas que têm um custo e as coisas que têm um preço. Não é verdade que qualquer coisa que tem um custo deve ter um preço de mercado. Por exemplo, criar uma escola numa vila tem um custo. Porém, não se diz que este custo deve se traduzir num preço de mercado de serviços de educação para essa escola.

Não é porque uma coisa tem um custo que ela deve ter um preço. Quando tiro férias, há um custo para mim. Não espero que este custo me dê lucros. Um Estado decide investir em água e a cada ano investe, é um custo. Como eu todo ano financio as minhas despesas para as minhas férias e não espero que as minhas férias, que representam um custo, me dêem a possibilidade de recuperar as despesas. As despesas foram feitas e fim.

Hoje em dia, quando se fala em captar água, purificá-la, distribuí-la, tudo isto tem um custo, mas não deve ter necessariamente um preço de mercado. Como a água deve ter um valor econômico e o valor econômico deve ser determinado pelo preço de mercado significa dizer justo preço de mercado. E o que é o justo preço de mercado?

O justo preço de mercado, na nossa sociedade que impõe esse *approach*, significa a recuperação total dos custos, compreendendo o custo de risco do investimento do capital. Os países desenvolvidos, que em março se encontraram em Haia, decidiram que a água deve ser um bem econômico. Disseram ainda que é preciso deixar ao preço de mercado as decisões em matéria de utilização dos recursos hídricos. Se aceitamos isso e isso se torna geral, caímos no processo de mercantilização da água e da vida. E isto não é estranho. O que sucede hoje? Estamos mercantilizando tudo. Tudo está se transformando em mercadoria. Em maio passado, em Vancouver, houve o primeiro mercado mundial da educação: The World Market for Education. O banco Pictet, que é o maior banco velho da Suíça, criou, em janeiro de 2000, um fundo de investimento sobre a água: The Water International Investment Found. Promete-se de hoje a 2015, como retorno do investimento, algo em torno de 400% a 800%. Se outros bancos criam fundos de investimentos sobre a água, uma coisa que fizeram há pouco tempo – todos os governos, todos os economistas diziam que era impossível – vai ser possível haver um preço mundial da água. Imaginem os senhores se toda a água do mundo obtivesse o preço do petróleo! Eu não estou contando-lhes ficção, porque todos nós, quando falamos de água, falamos do *oro blul*. O que significa “ouro azul”? Significa que a água é um recurso estratégico, importante no plano econômico, como o petróleo foi, no século XX, o “ouro negro”. Hoje, dizemos que a água é o “ouro azul” do século XXI. E, se é “ouro azul” significa que é raro, portanto, deve valer um preço alto. E, portanto, se os senhores não puderem pagar a água potável, então, por que deveriam ter acesso a ela?

Como existiram tantas lutas pelo controle do “ouro negro”, o “ouro azul” também será causa de guerras, diz-se. E aqui aparece o terceiro conceito. Se a água, em todas as civilizações asiáticas, latino-americanas antes da colonização, da Europa antiga, indiana, foi sempre símbolo de vida, de paz, de amor, de solidariedade, de amizade, então, por que deve transformar-se em fonte de guerra? Por que os turcos devem guerrear ou impedir os sírios, os iraquianos de terem acesso à água porque eles são os donos do Eufrates? Por que a Índia deve impedir Bangladesh ou o Paquistão de terem água? Por que a região de León, na Espanha, não quer dar água ao povo da Andaluzia? Saibam que há um Plano Nacional Hidrográfico, aprovado recentemente pelo governo espanhol, que quer utilizar os recursos hídricos do norte para dar acesso de água aos do sul. Existem duas oposições: uma é boa, a outra é má. São duas grandes oposições ao Plano Nacional Hidrográfico espanhol. A primeira oposição é contra o fato de que, para fazer isso, o governo espanhol decidiu fazer grandes diques. E, hoje em dia, está demonstrado que os grandes diques são uma boa solução. Essa oposição é válida. A outra oposição, que é má, é que toda a população de León e da Catalunha não quer dividir a água com os outros espanhóis. Saíram às ruas milhares e milhares de leoneses e catalães para protestar contra o fato de que a água nacional espanhola está dividida para todas as regiões da Espanha.

Pessoalmente, penso que os parlamentos nacionais devem criar uma estrutura mundial que se transforme numa espécie de Parlamento Mundial da Água, algo como um tribunal de solução de conflitos. Por que fomos capazes de organizar, no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, uma instituição, o Órgão de Solução de Conflitos, que tem enorme poder, o primeiro poder mundial existente? Por que, no

comércio, conseguimos criar uma autoridade mundial, e não podemos criar uma autoridade mundial no âmbito das águas?

A quarta palavra-chave, além de direito à vida, bem comum e paz, é a democracia. Estamos assistindo devagar ao aviltamento do poder de decisão em matéria de alocação dos recursos hídricos de um país, da instituição pública para a instituição privada. As grandes empresas de água são de grandes organizações tecnocráticas internacionais, que estão detendo o poder de decisão em matéria de água. E, com o pouco de democracia que existe em nossos países, garantidos os serviços públicos e os Parlamentos, devagarinho, com a redução do espaço público, a água está caindo no domínio de decisão de órgãos tecnocráticos do tipo privado, como o Conselho Mundial da Água, como o Global Water Partnership, como o Banco Mundial, que estão transformando-se nos centros onde a política mundial da água é definida e colocada em prática.

Não se pode continuar a privatizar o espaço político. Não se pode favorecer a perda de cultura política pública com respeito à água e transformar a água num objeto de cultura política privada. Estamos entrando num setor em que a oligarquia está perdendo poder.

A quinta expressão é viver juntos. Nas nossas cidades, em particular, estamos perdendo – e isso nunca ocorreu antes – a cultura do viver juntos. As nossas cidades não são mais lugares onde vivemos juntos. Hoje, qualquer um tem o seu sistema de comunicação, procura sua escola, tem o seu transporte individual (o carro), tem o seguro para utilizar os hospitais privados e as cidades não são mais lugares para a vivência conjunta. E a água é uma das variáveis afirmativas da vivência coletiva. Não sei se os senhores sabem, mas na Europa hoje em dia, mais de 52% das famílias não usam mais a água de torneira no consumo pessoal. Bebem água mineral. Estamos nos transformando numa cultura de água mineral. Enquanto isso, utilizamos a água potável para os gabinetes, para as máquinas de lavar roupas, lençóis, toalhas, automóveis, para o banho. Estamos aperfeiçoando a qualidade da água potável para usos não nobres. Estamos demonstrando que não podemos viver juntos.

Eu quero saber da minha garrafa de água mineral! Eu quero saber da minha garrafa de água mineral para quando eu for velho. Eu quero a minha garrafa de água mineral enquanto pratico esporte, viajo de automóvel, ou num jantar. Os senhores sabem que o mercado da água mineral, que está suplantando a água potável, hoje tem enorme diversificação de produtos. Há uma água mineral no momento que faz furor nos Estados Unidos, que se chama Borealis, feita a partir dos *icebergs*. São feitos pequenos cubos no norte do Canadá, e depois ela é engarrafada com o nome de Borealis. Os senhores sabem quanto custa uma garrafa de 75 centímetros cúbicos, desse sistema, que é vendida como a mais pura, a dos *icebergs*? É vendida a 10 dólares. Os senhores, aqui no Brasil, estão lutando para aumentar de 60 para 100 dólares o salário mínimo de milhões de pessoas. Nos Estados Unidos como na Europa, nós nos divertimos em beber, nos *water restaurants*, a Borealis, que custa, por 75 centímetros cúbicos (menos de um litro) 10 dólares a garrafa. Isso não é viver juntos. Isso é destruir o viver juntos das nossas cidades. Se não houver o sentido comunitário da vivência, não há como viver juntos no âmbito da sociedade. Como se faz então?



"A água é um recurso estratégico importante no plano econômico, como o petróleo foi no século XX, o ouro negro. Hoje, dizemos que a água é o ouro azul ("oro blu") do século XXI." (Riccardo Petrella)

Eu lhes dizia que essas palavras significam lutas políticas, lutas sociais, lutas culturais. A única coisa que eu sei é que devemos lutar. Não podemos deixar os outros fazê-lo. Somos nós que devemos lutar juntos porque o problema da água não é só um problema aqui do Brasil ou da África, é um problema da Itália, é um problema da Suécia, dos Estados Unidos, do Canadá, é um problema de toda a humanidade.

Eu lhes agradeço a atenção. Espero não ter me alongado muito.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço ao Sr. Riccardo Petrella. Sei que ele encurtou muito a sua fala e teria muito mais para abordar. Mas espero que, ao final, ainda nos sobre tempo para as perguntas daqueles que estão participando.

Quero continuar registrando a presença dos que estão conosco: O Sr. Júlio Eduardo, do PV do Estado do Acre; Sr. Mário César Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica e do Comitê do Rio Ribeira do Iguape, São Paulo; Sr. Adilon de Souza, Presidente da Associação Nacional de Aqüicultura; Sr. Adilson Gonçalves, da Federação Nacional da Agricultura de Goiás; Sr<sup>ª</sup> Maria de Lourdes, representante da Comunidade Baha'í; Sr. Walter Matos, representante da Confederação Brasileira de Trabalhadores Circulistas; Sr. Osvaldo Dalvi; Sr. Bruno Muniz; Sra. Graziela Dalui e Sr. Sérgio Cordova, representantes da Hoken Indústria e Comércio; Sr<sup>ª</sup> Maria Ione Veigas Rio – é uma ONG, não sei –, representante do Córrego do Palha, do Distrito Federal; Eng. Carlos Roberto, Diretor-Presidente das Águas e Esgotos do Piauí; Deputado Distrital Rodrigo Rollemberg; Deputado Inácio Arruda, do PCdoB do Estado do Ceará; Sr<sup>ª</sup> Maria da Conceição Tavares, nossa querida amiga e sempre lutadora também, que está aqui entre nós; Sr. Gilberto Gonzaga, da Associação Nacional das Indústrias

de Água Mineral; Sr<sup>ª</sup> Maria do Socorro Ibañez, do Departamento de Ecologia da UnB; Prof. Menna Barreto, do Sindcon do DF; Sr. Donizete Tokarski, Presidente da Ecodata – Agência Brasileira de Meio e Tecnologia da Informação; e Sr. José Maurício Brandão Léo, Presidente da Câmara Municipal de Piracaiá, São Paulo.

Antes de passar a palavra ao Reitor Cândido Mendes quero comunicar a chegada do Deputado Tilden Santiago. A palavra é sua Professor Candido Mendes.

CÂNDIDO MENDES – Meus amigos, para simplificar a exposição, todos têm em mãos um livreto, um mapa da mina. Vou apenas ficar, Sr. Coordenador, Deputado Jaques Wagner, nas linhas gerais desta exposição, mas partindo de dois elementos fundamentais. E não preciso deixar de lado o que o Sr. Riccardo Petrella já tão bem disse. Eu o acompanho há mais de dez anos nesse trabalho tenho a alegria de ser o representante brasileiro no Comitê do Pacto Internacional da Água e aqui continuo nessa posição de perspectiva e de luta, sobretudo no cenário universitário.

E, diante disso, tenho algumas observações nessa matéria, nesse livro que se chama, com toda a razão – e nós sabemos que país é este –, *O País da Paciência*. Quero salientar que não são apenas essas cifras de Petrella. Vamos acompanhá-las: para conseguir passar dos 300 milhões de pessoas no mundo que têm hoje o serviço de água operado pelo setor privado para um total de 1 bilhão e 600 milhões (não nos esqueçamos de que 3 bilhões não têm serviço sanitário) mas vamos ficar em 1 bilhão para chegar lá nesse setor privado organizado pelo banco. Os suíços estão aí para nos decepcionar e alertar sobre todos os azimutes, mas a verdade é que já estão preparadas as companhias para criar essa empresa internacional das águas, que vai dispende, na sua previsão, 980 bilhões nesse prazo de dez anos, o que vai significar mais ou menos 80 bilhões por ano. Não vou continuar Sr. Presidente, nas demonstrações chocantes. Não se utilizam 90 bilhões/ano para sanear a sede de serviços básicos de água, mas o Primeiro Mundo gasta 23 bilhões no mesmo período só em cosméticos faciais. Estamos entendendo por que eles consomem uma garrafa de água boreal de 10 dólares, como o Sr. Riccardo Petrella tão bem salientou.

Vou falar sobre o Brasil e quero explicar em dez minutos como entramos numa podre, como entramos a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso, numa cumplicidade com a globalização internacional da água e com o jogo dos mercados internacionais para esse efeito. É a vergonha da Lei nº 49.433, de 8 de janeiro de 1997, ainda na lua-de-mel do Governo neoliberal, no qual não nos demos conta da gravidade de nos tornarmos cúmplices da visão do Banco Mundial, desse terror e desse cuidado a que se está referindo o profeta Riccardo Petrella. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que tínhamos o admirável Código de Águas, Decreto nº 24.333, de 10 de julho de 1934. Esse decreto, que honra o nacionalismo e a Nação brasileira – e o Sr. Riccardo, antecipadamente, já previu uma série desses problemas – diz para a nossa honra que a água é um bem público de uso comum. Para a nossa vergonha, a Lei nº 9.433 diz que a água é um bem de domínio público. E parou aí. Com isso, ela tirou a determinação essencial que é o uso comum, resolvido para nós desde de 1934, e nos colocou nessa armadilha em que entramos. E, exatamente porque se tirou o uso comum, esse terrível § 2º do art. 1º – que o próximo Congresso tem que revogar, se este não tiver a

coragem de fazê-lo – diz que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Não podem querer outra coisa os bancos, não podem querer outra coisa os bancos mundiais. Somos responsáveis, o Congresso, que referendou a lei, e o Presidente, que a fez, por termos tornado a água um bem sujeito à cobiça capitalista, tendo dado a ela valor econômico. Será que o Brasil se deu conta disso? Será que comercializamos a água, tendo o povo noção disso? Será que somos hoje um modelo que Wall Street aprova de todos os lados como o melhor comportamento neófito e súcubo, àquilo que internacionalmente prevê-se neste particular? É essa a indagação básica no jogo de transformação pelo qual a globalização nesse particular avançou inteiramente despolicida. Temos que ir mais adiante dentro dessa lei, que está destruindo as conquistas nacionalistas da água.

Estamos a uma semana de uma tendência internacional que já continua.

Pensávamos estar no paraíso, em que pelo menos o ar e a água eram bens em que nós, continuadores de Adão, poderíamos necessariamente usufruir. Nós nos demos conta agora de que acabou a garantia do consumo do ar.

Por que isso? Por uma razão muito simples. Sabemos que o ar, daqui a pouco, em 2050 mais ou menos vai ser consumido através de pequenas máscaras de gás, ou, quem sabe, já efetivamente reduzido a um recipiente metálico. O fator dióxido de carbono está espalhado no mundo inteiro. Como acabou a Conferência de Haia? Nós nos esquecemos do que está lá fora. Os Estados Unidos, o Canadá, a Europa Ocidental já esgotaram a sua quota de destruição do ozônio, criando esse perigo para o ar. E o que os países subdesenvolvidos pediram? A China, a Somália e Uganda disseram: "Bom, Estados Unidos, pelo menos, já que vocês estão destruindo o ar que vem para cá, vocês vão nos pagar uma indenização. Estamos dispostos a dar a vocês a nossa quota, podem usar a nossa quota de destruição." Os Estados Unidos recusaram-se a isso e acharam que era um abuso do Terceiro Mundo. Os Estados Unidos vão continuar a poluir como quiserem, com os gases que quiserem, e vamos ver o que vai acontecer em 2050.

Portanto, não é só a água, é o ar também que, neste momento, passa a ser discutido como bem de uso limitado e sujeito a determinado beneficiamento, para que possamos continuar a viver. A Conferência do Rio, que saudade! Que saudade da Conferência do Rio em 1992! Foi a última vez que declaramos que o direito à água é um direito humano. "A última corrida de touros de Salvaterra" do nosso Brasil. A partir daí, caluda e vergonha. Outra vez Haia está entrando no tribunal da vergonha, repetidamente.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Distrital, o que fez a Conferência de Haia este ano? Deixou de lado a idéia de que poder beber fosse um direito humano e considerou a necessidade de água uma necessidade vital. Portanto, pode ser resolvida pela água enlatada e engarrafada, e por que não? Esse é o horror do ano 2000. Os países do Primeiro Mundo em Haia negaram a condição de beber como necessária à vida. Será que estamos nos dando conta do que está acontecendo nesse horror do ano 2000? Não temos as pestes do Evangelho, ou do Antigo Testamento, mas estamos entrando em outra concertação internacional da maior esperteza e condição de trabalho. Por quê? Porque, Petrella diz muito bem, "estou chegando ao meu fim".

Se existe um custo da água, e existe, não nos esqueçamos de que, daqui a quarenta anos acabaremos com as grandes fontes. Daqui a 150 anos, não deixaremos de beber, mas beberemos água dessalinizada. É o mar que vai atender de vez ao problema fundamental da nossa fisiologia básica. Muito bem! E o Banco Mundial já viu longe. Mas vai custar. Quanto custará a água dessalinizada? Qual é o trabalho necessário para essa produção? E, da mesma maneira, também chegar àquele pânico para que a Europa já se preparou. A água natural, uma água potabilíssima, na Europa Ocidental, é rica, faz bem e faz sorrir. Esta água já deixa de ser bebida porque o mundo ocidental já entrou no pânico da contaminação. As outras águas todas têm a sua maneira internacional de chegar à garantia de um bem manufaturado. Esse é o perigo, e nós somos réus. Essa geração é ré por termos comercializado a água declarando, numa lei solene, que ela é (meu Presidente, acabe com essa lei!) um bem de valor econômico. Em que armadilha entramos!



*"Não é só a água, é o ar também que, neste momento, passa a ser discutido como bem de uso limitado e sujeito a determinado beneficiamento, para que possamos continuar a viver." (Cândido Mendes)*

E complementando o horror da lei de recursos hídricos, vale salientar apenas outro aspecto: os vetos presidenciais, o labirinto de contradições e o carnaval de impasses que esse diploma legal propôs. Primeiro, quanto ao direito de outorga, não está definido se é estadual, municipal ou federal. E, porque ficamos nessa doce dúvida, não vamos tão cedo resolver um dos maiores problemas do equilíbrio ecológico brasileiro que é, de uma vez por todas, aceitar as transferências de bacias e resolver o problema do Nordeste brasileiro. Ficamos nos caraminguás pobres dessa lei reflexa, que teria aqui a condição de resolver esse problema, e não há um artigo que federalize, necessariamente, o problema de transferência de bacias. E esse era, necessariamente, o momento para se poder fazer. Mais do que isso. A lei caluda.

A lei tirou da sua facilidade a indenização aos Municípios. Os municípios invadidos por açudagem e por todos os trabalhos novos de rearticulação da racionalização da oferta da água não têm mais, pela lei, um direito líquido e certo.

Quantos e quantos Municípios têm hoje seus planos básicos de obras paralisados porque o Ibama interrompe aquilo que necessariamente a urbanização tem que fazer? E não nos esqueçamos de que o Brasil tem 75% da sua população em meio urbano. E como é que se procede na atual política de recursos hídricos? Sei o quanto Aspasia Camargo lutou por uma visão larga, tentando desenvolvê-la, regulamentá-la e ir adiante. Mas, evidentemente, esse é um esforço nacional que seria para o uso de todos os seres vivos. Nisso está incluído recurso e valor econômico. A água é fundamental para o equilíbrio global do sistema, não só do sistema da biosfera, mas do sistema terreno. É um elemento cósmico. Não devemos esquecer que o hidrogênio, de onde vem a água, foi o primeiro elemento sintetizado após o *big-bang*. É o hidrogênio que enche os espaços infinitos vazios do universo e está presente na água em duas proporções.

A água é fundamental, como foi ressaltado pelo Sr. Riccardo Petrella, para a vida. Quase todos os seres vivos têm entre 70% e 95% da sua composição físico-química constituída de água. Discutir a água é discutir a cadeia da vida, não apenas o seu uso humano.

As duas crises fundamentais do ser humano são a crise social – crise da pobreza – e a crise ecológica – equilíbrio do sistema da vida, da biosfera, paradigmaticamente concentrado na água. Poderíamos colocar junto a energia fóssil, que tem os dias contados e levará a humanidade a um grande impasse, na busca de outras fontes energéticas. Tanto a crise econômica como a ecológica nos obrigam a um novo pacto natural e social, se quisermos sobreviver. Neste caso entra a questão ética: qual é a relação que nós, seres humanos, temos com a natureza, o pacto natural e, como nós nos organizamos como seres humanos, incluindo a natureza e o pacto social?



“Discutir a água é discutir a cadeia da vida, não apenas o seu uso humano.” (Cândido Mendes)

Devemos partir deste ponto de vista, de que nós seres humanos somos parte e parcela da natureza. Essa realidade extremamente complexa, urdida de relações, em que a interconexão estabelece a lógica que sustenta a natureza, permite que todos os seres se sintam incluídos e que possam manter o equilíbrio suficiente para a subsistência e desenvolvimento de todos.

O ser humano tem essa singularidade, não é só parte da natureza, está dentro dela, e também em posição vis-à-vis com a natureza. Não está apenas junto às coisas, sobleva-se e pode colocar-se acima delas. Desde a emergência do *homo habilis*, há 2,6 milhões de anos, quando se criou o instrumento, o ser humano interveio na natureza. Essa intervenção ganhou uma forma muito mais articulada no neolítico e cresceu de forma exponencial com o projeto da técnico-ciência e da modernidade.

Essa relação do ser humano sobrepondo-se à natureza fez com que ele não se desse conta de que também é parte dela. É um elo da corrente da vida, mas esqueceu-se disso e se julga o único portador da vida e do seu significado. Para estabelecermos o novo pacto natural do ser humano com a natureza, vamos desenvolver uma nova ótica do ser humano como parte dessa totalidade. Essa é a base e o fundamento para uma nova ética, a nossa atitude de cuidado e de responsabilidade com a natureza da qual somos parte.

O ser humano estabeleceu a ditadura da intervenção sobre a natureza, sujeitando-a e dominando-a. Fez isso mediante a razão instrumental analítica, o *logos* da racionalidade moderna. Para conseguir um pacto de benevolência, de convivência com a natureza, de entendê-la não apenas como recurso que usamos, lutou pela larga visão, tentou desenvolvê-la, tentou regulamentá-la, tentou ir adiante, mas é evidente que se trata de um esforço nacional que teria de definir-se nesse particular.

Não temos uma política consonante com o reclamo internacional “Beber – Direito Humano” e não temos uma política que concatene as esferas federal, estadual e municipal. Também não devemos nos esquecer de que somos o País com o maior potencial hídrico-fluvial que há no mundo. Ao mesmo tempo, somos o País da seca e da recursão diante desse flagelo, para vergonha de toda a minha geração.

Sr. Coordenador, quero dizer que, evidentemente, esses são apenas os primeiros problemas a aflorar. Fico muito contente de ver a massa de deputados aqui presentes, deputados da esquerda brasileira, a partir do entendimento do que seja uma visão para frente, efetiva, que um PT, um PCdoB e um PSB que estão aqui representando na sua vigília e na sua luta.

É através de um empreendimento como este que V. Ex.<sup>a</sup>, ao lado do Deputado Aloizio Mercadante, que internacionalmente – trouxe vou usar a expressão espanhola *vocero* – para isso, vamos entender que amanhã o Primeiro Mundo vai fazer um paraíso, mas estaremos todos fora dele. Para entrar nele vamos ter que passar por uma borboleta e pagar uma tarifa, sendo que não temos dinheiro.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço a participação ao Reitor Cândido Mendes.

Passarei a palavra ao último conferencista e, após, ouviremos os comentários da Sr.<sup>a</sup> Aspasia Camargo e do reitor da Universidade de Brasília.

Antes de prosseguir, quero saudar a juventude que chega agora. Ela perdeu uma parte, mas ainda terá a oportunidade de ouvir os últimos expositores. Peço uma salva de palmas a esta juventude que acaba de chegar.

Lembro a todos que o encerramento do evento se dará na rampa do Congresso, onde faremos o chamado brinde das águas. Parlamentares e ONG trouxeram água de

diversos pontos do Brasil, água limpa e cristalina de nossos rios não contaminados. Faremos um brinde, como ato simbólico, na rampa do Congresso Nacional.

Com a palavra o Frei Leonardo Boff.

LEONARDO BOFF – Boa tarde a todos. Estou feliz por participar desta discussão, dada a gravidade do tema em tela. A água, mais do que o petróleo, mais do que o urânio ou qualquer outro elemento é um dos bens mais escassos da natureza. De todas as águas do planeta, apenas 3% é doce. E dessa, menos de 1% é acessível ao uso humano. Donde nossa preocupação. Dentro de pouco, far-se-ão guerras para garantir acesso às fontes de água potável.

Estou especialmente feliz por estar junto ao Prof. Cândido Mendes, um velho companheiro e amigo nas lutas por direito e justiça, e ao Riccardo Petrella, com quem aprendi tantas perspectivas das ciências, da economia, da política e da cidadania e que considero um dos grandes nomes do novo humanismo, atento à perspectiva do grande Sul, onde vivem os pobres da Terra.

A questão da água tem muitos aspectos, que foram aqui salientados por técnicos, políticos e ecologistas. Queria acentuar a dimensão ética do problema. Ao falar de dimensão ética, falo das atitudes de cuidado e de responsabilidade que os seres humanos devem desenvolver com relação à água.

Creio que somente uma visão sistêmica e holística faz justiça à grave questão da água. Deixemo-nos guiar por ela.

#### 1. Água: valor de uso e valor intrínseco

A água não é só importante como valor de uso, para os seres humanos e para todos os demais seres vivos – e aí falamos dela como recurso, como valor econômico. A água tem um valor em si, como um dos elementos mais originários da natureza, fundamental para a sua existência e equilíbrio. Para resgatar seu valor intrínseco precisamos elaborar um novo pacto natural-social de respeito e benevolência para com a integridade do criado, que seja anterior e funde o uso e o interesse humano. Precisamos ir mais fundo e descobrir que os ecossistemas com os seus representantes, os vários seres, no caso, a água, são partes de um todo maior, a grande comunidade biótica, a comunidade terrenal. Nela cada elemento é importante porquanto todos estão interconectados entre si formando uma rede imensa de vida e de sentido.

Para resgatar essa comunhão com todas as coisas, junto com a tradição do *logos* (da razão e das estruturas de compreensão) temos de desenvolver e recuperar a tradição do *pathos*, quer dizer, a tradição da sensibilidade, da lógica do coração, da comunhão de todos com todos, como irmãos e irmãs, parceiros na única e imensa corrente de vida. Não podemos ser apenas administradores, possuidores e dominadores dos demais seres, como pretende a modernidade. Temos que nos descobrir parceiros e colaboradores de uns para com os outros, como a humanidade, desde a mais alta ancestralidade, entendeu sua relação com a natureza e a diversidade de seus representantes.

Essa dimensão do *pathos* (da sensibilidade, da inteligência emocional) é fundamental porque é a dimensão da afetividade, da cordialidade que funda a estrutura bá-

sica do ser humano. Cito um filósofo contemporâneo, um nome de grande relevância, como Martin Heidegger, em seu famoso livro “Ser e Tempo”, diz que a determinação básica do ser humano é comparecer como um ser no mundo, junto com os outros. Essa é sua estrutura em grau zero. E ser no mundo não é um acidente geográfico ou geológico, é uma definição estrutural do ser humano. É algo constitutivo e ontológico, isto é, o ser humano se encontra junto com os outros, mergulhado no mundo, imediatamente e sem distância. Ele não está sobre as coisas mas junto e ao pé delas. Ele não vive, convive, co-existe e comunga com os demais. É a dimensão do *pathos*. Só depois, num segundo momento, ele toma distância, pensa, intervem e administra o mundo circundante. É o momento do *logos*, fundador de ordem e de um projeto civilizatório e técnico do qual nós somos herdeiros.

Sobre esse projeto da techno-ciência, hoje mundializado, pesa um drama. Ele instaurou a domínio quase absoluto do *logos* como razão instrumental-analítica, marginalizando, quando não, afogando a dimensão de *pathos*. Surgiu um mundo funcional mas frio e sem coração. Ele supõe uma ruptura com a natureza, uma perda do sentimento de mútua pertença e uma vontade de dominar tudo o que se lhe apresenta. É o que chamamos de antropocentrismo que afirma: as coisas possuem valor unicamente na medida em que se ordenam ao ser humano e são submetidas por ele, no interesse de seu uso e desfrute. Com isso se rompe o laço sagrado da comunidade terrenal, se nega a alteridade da natureza e se olvida do valor intrínseco de cada coisa.

Para resgatar um pacto natural com as coisas, novo, importa reconhecer que elas são muito mais ancestrais que nós; fomos os últimos a chegar no cenário da evolução. Então, temos que conviver com elas num pacto de solidariedade, de cooperação e de mutualidade, pacto de não agregação e não destruição. Se houver utilização que seja responsável e solidária.

Para chegar a essa compreensão temos de entender que as coisas todas não são apenas coisas; elas são sujeitos e têm histórias; devemos atribuir a elas subjetividade e estender a elas a dimensão jurídica, de reconhecimento de sua alteridade e de seus direitos. Hoje, esse pensamento é comum nos grandes cosmólogos, naqueles que vêm da biologia e das ciências da Terra. Segundo essa compreensão, a matéria não só tem massa, não só tem energia; matéria tem também informação; matéria tem memória – memória ancestral, memória cósmica, memória vegetal, animal, memória humana. Todas as coisas fazem história no jogo das inter e retro-relações de todos com todos.

E, como disse um dos grandes cosmólogos contemporâneos, Brian Swimme: “o universo não é feito da soma dos objetos; o universo é feito da rede de relações entre todos os sujeitos. Então, todos têm subjetividade, têm direito de ser respeitados, de ser acolhidos como diferentes e de formar a comunidade biótica, terrenal e cósmica.

Assim, a água é o novo cidadão que deve conviver dentro de nossa democracia. Esta não inclui apenas os humanos mas todos os seres, nossos companheiros na aventura terrenal. Nossa democracia deve ser assim sócio-cósmica.

A Declaração dos Direitos Humanos teve o mérito de declarar: “Todos os seres humanos têm direitos”. Mas teve o defeito de dizer – e isso Michel Serres o apontou –: “só os seres humanos têm direitos”. Não. Todos os seres têm direitos, porque todos

merecem existir e subsistir. E tudo o que vive merece viver e sobreviver; principalmente as águas, base da vida. Então, mais que ver a água apenas como um bem de uso, necessário à vida (ela é também isso), devemos vê-la como um dos elementos fundamentais da biosfera. Se não preservarmos a água, não só nós morreremos de sede e todos os demais organismos vivos, mas o próprio sistema se desestruturará. Então, a água é um eixo articulador de todo esse trabalho de 15 bilhões de anos, que o universo executou para chegarmos ao equilíbrio atual.



*"Assim, a água é o novo cidadão que deve conviver dentro de nossa democracia. Esta não inclui apenas os humanos mas todos os seres, nossos companheiros na aventura terrenal. Nossa democracia deve ser assim sócio-cósmica."* (Leonardo Boff)

Essa dimensão fornece as bases para uma ética mínima, urgente nos dias atuais: a ética do cuidado. Há uma tradição filosófica que vem dos antigos romanos e que culmina em alguns pensadores, preocupados com o futuro da Terra e da humanidade (como Heidegger, Rollo May, Edgar Morin, Thomas Berry, José Lutzenberger entre outros) que vêem a essência do ser humano não tanto na linguagem, no espírito, na sua criatividade, mas vêem a essência do ser humano exatamente no cuidado. Eu mesmo aprofundi esta questão humanístico-filosófica num alentado trabalho com o título "Saber cuidar: *ethos* do humano, compaixão pela Terra" (Vozes, Petrópolis 2000) onde tento articular essa reflexão no arco dos desafios atuais. Aí o cuidado é apresentado como aquela relação fundamental, ligada à sobrevivência de cada ser, especialmente dos seres vivos. Se não cuidamos, eles se desagregam e morrem. E o cuidado é uma relação amorosa para com a realidade. O cuidado na dimensão social é aquela relação que permite descobrir o outro como outro, o mundo das excelências e dos valores e que faz da política, no dizer de Gandhi, um gesto amoroso para com o povo. De tudo aquilo que amamos também cuidamos. De tudo aquilo com o qual estamos afetivamente comprometidos cuidamos. Então, o cuidado é a estrutura fundamental para preservarmos a água, a vida. E o ser humano como ser de cuidado, tem por missão de ser o guardião e o jardineiro que cuida da casa comum, a Terra, e de cada uma de suas províncias

(ecossistemas). Em razão de sua simplicidade e essencialidade, a ética do cuidado possivelmente funda o consenso mínimo entre todos nós na perspectiva da salvaguarda da Casa Comum, a Terra, e das condições de sobrevivência e de ulterior desenvolvimento do ser humano. Importa cultivarmos cuidado para com o planeta, a casa, a comida, os seus ecossistemas, o sistema do ar, da água, dos solos, da sustentação físico-química do equilíbrio global da Terra. Se não tivermos esse cuidado, poderemos conhecer o destino dos dinossauros, que num lapso curtíssimo de tempo, desapareceu depois de reinar, soberanos, por mais de cem milhões de anos sobre a face da Terra.

Junto com a ética do cuidado, vem a ética da responsabilidade. Não se trata de não consumir. Somos seres que consomem, pois somos vivos. Mas importa consumir com responsabilidade, com senso da solidariedade generacional, não só para com nossa geração, mas por aquelas que vêm depois de nós. Elas também têm direito de ver satisfeitas suas necessidades, respirar um ar puro e tomar uma água cristalina. Consumir também como forma de entrar em comunhão com os seres, lembrados que a lei suprema do universo é a solidariedade de todos com todos, permitindo que todos possam viver e se desenvolver. Então, responsabilidade é aquela atitude do ser humano pela qual ele se dá conta das conseqüências de suas ações, que podem ser ações benéficas, que preservam, e aí ele emerge como um anjo bom da natureza. Mas também se dá conta das conseqüências dramáticas, destrutivas, ele então pode comparecer como satã da terra, o destruidor das águas, que possibilitam a nossa vida.

O que seria de Brasília se não tivesse a sua mancha verde, suas águas, seus lagos, suas paisagens, seu vasto horizonte, seus ares? Não seria uma cidade humana. Então, esses elementos, que parecem apenas naturais, inertes, infra-humanos, são alçados a novos cidadãos, portadores de direitos, de respeito e de legislação adequada. E nós nos habituamos a entreter como todo esse sistema vivo uma relação de cuidado, de responsabilidade, de inserção e não de maltrato ou de irresponsabilidade.

O ser humano tem de crescer para o novo tipo de concerto com a natureza e conosco mesmos. Até hoje todos os pactos sociais conhecidos, fundados nas reflexões filosóficas de J. J. Rousseau, Hobbes e de Kant, se faziam apenas entre os humanos. Deixava-se de fora a natureza, pois dava-se por descontado que ela sempre estaria aí, garantida por todos os tempos. A natureza era o campo do exercício da liberdade e da manipulação do ser humano. Hoje, a natureza não é mais garantida pelas forças diretivas do universo. A natureza tem de ser preservada por um ato político nosso, porque se nós queremos viver, temos de decidir viver, porquanto a nossa vida não está mais garantida por ela mesma. Nos últimos decênios temos construído a máquina de morte, o princípio de autodestruição que pode eliminar muitas vezes a biosfera, não hipoteticamente, mas efetivamente. Esta máquina de morte já está construída com suas armas atômicas, biológicas e químicas. Portanto, o ser humano se revelou não apenas como *sapiens sapiens* (dotado de razão e de sapiência), mas também como *demens, demens* (dotado de irracionalidade e de demência). Corremos o risco que a demência ganhe a hegemonia e impossibilite a continuidade do projeto humano.





*"A água é o novo cidadão que convive dentro de nossa democracia sociocósmica e não só a democracia humana." (Leonardo Boff)*

Portanto, nossa ética mínima tem que vir cunhada com a sabedoria comezinha do cuidado, da responsabilidade por nossos atos, porque eles poderão ser altamente destrutivos. E há grandes pensadores que nos ajudaram, a partir dos anos 50 a elaborar essa ética. Recordo aqui os nomes de A. Leopold com sua "Ética da Terra", ou Hans Jonas com seu "Princípio da Responsabilidade", ou A. Schweitzer, com sua ética da "Veneração e do Respeito", face a todos os seres, porque são todos nossos companheiros e não nossos servos e escravos.

Formalizando podemos dizer: fundamentalmente bom, justo e ético é tudo aquilo que preserva a integridade da natureza, que favorece a biodiversidade e a expansão do sistema da vida e que mantém a beleza de todos os ecossistemas e do nosso planeta. E injusto e antiético é aquilo que destrói a sua reprodutividade, que quebra o equilíbrio dos ecossistemas e coloca sob ameaça o futuro da vida, da humanidade e da Terra.

Portanto, importa vivermos efetivamente essa ética fundamental de convivência com a água, de buscarmos um desenvolvimento com a natureza e não à custa e contra ela. Essa ética serve de base para um novo pacto social e cósmico que inclui humanidade e Terra como um todo dinâmico, diverso e uno, com uma mesma origem, um mesmo percurso e um mesmo destino.

Uma última palavra: não basta só uma ética. Uma estrela só brilha se tiver uma aura. E uma ética é efetiva e poderá nos impor princípios categóricos, que até vão contra nossos interesses imediatos, se ela vem imbuída de uma espiritualidade. E quando falo de espiritualidade, não quero me referir especificamente às religiões. Elas não detém o monopólio da espiritualidade, embora esteja subjacente em todo o seu arcabouço de doutrinas, ritos e normas. Refiro-me à espiritualidade como uma dimensão do humano profundo, como dimensão antropológica. Com efeito, o ser humano, homem e mulher, emerge como aquele ser que capta totalidades, que percebe serem as coisas não jogadas aí ou meramente justapostas. Todas elas, são parte e parcela de um todo que se desborda. Todas estão ligadas e religadas uma com as

outras e com a Fonte originária de todo ser. Ele discerne um fio condutor que passa por todas as coisas, constituindo um grande cosmos e não um caos. E mesmo quando emerge o caos, este se revela generativo, porquanto cria novas ordens, mostra uma inteligência mais alta, deixa entrever um sentido mais profundo e radical, descobrindo uma ordem implícita em toda ordem explícita. E então pode cair, reverente, sem se envergonhar, diante desse mistério que habita o nosso universo e a profundidade do nosso ser. Nomeia-o por muitos nomes, resumidos na palavra Deus. E vendo essa dimensão espiritual, o ser humano alimenta a sua capacidade de respeito e de veneração. Valores esses que põem limites ao nosso poder, a nossa destrutibilidade e a nossa capacidade de dominação.

Portanto, cumpre desenvolver nos seres humanos essa dimensão da espiritualidade, de nos sentirmos parte de um todo maior. Essa visão espiritual nos ajuda a viver os imperativos éticos, a conviver fraternalmente e socialmente com esse elemento tão fundamental para a vida que é a água.

Antes de usá-la, vamos reverenciá-la. A partir da convivência e do respeito saberemos usá-la com responsabilidade e solidariedade para com todos os que dependem dela para viver e continuar a viver. Ela será nossa irmã, na mística cósmica de S. Francisco, "a irmã água, preciosa e casta", fonte de frescor como as águas das fontes, fonte de encantamento como as águas das cascatas, fonte de vida de como toda água que nos chega ao uso doméstico.

Muito obrigado.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradecemos ao Frei Leonardo Boff.

Quero, ainda, registrar a presença de Elino Alves de Moraes, representando o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Distrito Federal, Deputado Walter Pinheiro, Deputada Luci Choinacki, Engenheiro Marcos Brandão, representando a ANA, Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente, Deputado Pedro Wilson, Prefeito eleito de Goiânia, Marcelo Vieira Diniz, Secretário do Meio Ambiente de Contagem/MG, Ubiratan Félix, Vice-Presidente da Federação Interestadual do Sindicato de Engenheiros, Fábio Resende e Maurício Garcia, da Oposição Sindical do Sindicato dos Engenheiros do DF, Walmir Paraca, Prefeito de Paracatu/MG, Deputado Marcos Afonso PT/AC.

Vou passar a palavra a alguns oradores, a fim de que sejam feitos seus comentários. Infelizmente terão o tempo mais reduzido do que nossos conferencistas.

Primeiramente, a Sr<sup>a</sup> Aspasia Camargo, depois o Reitor Lauro Morhy. Depois veremos se haverá tempo para intervenções ou questionamentos.

Quero alertar que a conclusão deste Seminário, Encontro das Águas, será editada e publicada. Evidentemente, sei que algumas instituições e pessoas, individualmente ou alguma organização não-governamental possa ter contribuições. Eu pediria que o fizessem por escrito, porque, mesmo de forma sintética, faremos questão de incluí-lo na edição do que foi feito nesta tarde de Encontro das Águas.

Com a palavra a senhora Aspasia Camargo.

ASPASIA CAMARGO – Cumprimento os Deputados pela oportunidade de uma discussão como essa. A meu ver, estava faltando no cenário brasileiro, na medida em que a água está sendo muito discutida sobre muitos aspectos relevantes, tais como da gestão, uma discussão sobre sua dimensão humanística e ética.

Acredito até que vou na contramão de algumas opiniões, ao afirmar que quanto mais a água transformar-se numa *commodity*, num bem raro, com valor econômico, porque é raro, mais essa pressão e essa vontade ético-humanística tem de ser fortalecida para justamente neutralizar essa fatalidade: a escassez da água.

Acredito que o que Riccardo Petrella propôs aqui hoje foi um pacto mundial pela água que cada um de nós deve sair daqui com essa visão de que não basta lutar pela água que vamos beber na nossa casa, no nosso rio, mas é preciso que haja cumplicidade mundial em torno de um bem que vai definir as condições de vida de milhares de pessoas, e que vai ser motivo de guerra ou de paz.

Essa visão se inscreve dentro do que o Frei Leonardo Boff abordou muito brilhantemente, como sempre, de que estamos rompendo um velho paradigma desenvolvimentista, um velho paradigma simplificador e que estamos entrando numa era em que o capital natural vai ser o grande protagonista de todas as decisões planetárias e que vai interferir na nossa vida de maneira direta ou indireta. Disse ainda que é esse pacto natural que precisa ser abençoado, com a água talvez, como o centro de todos os pactos. A atmosfera também, mas a água tem essa situação quase misteriosa de que é extremamente fluida, passa em muitos lugares e desperta em cada ser humano um sentido de cuidado e de responsabilidade, porque ela é palpável e cada ser humano sabe o seu devido valor.

Sobre o Brasil, eu gostaria de dizer que o seu grande desafio é o fato de que somos hoje a capital mundial da água, temos as maiores reservas de água do planeta, mas essa vantagem comparativa é ilusória. Na verdade, temos a maior parte da água na Amazônia, de acesso difícil, parte dela já poluída por uma série de processos perversos, que precisam ser revertidos, e temos uma região do nosso País onde a escassez é extrema, sobretudo em algumas áreas do Nordeste, a grande vítima dessa falta de água, que exige cuidados e procedimentos para que esse problema seja resolvido.

Uma terceira região talvez seja a que mereça mais atenção, porque é a mais nova, recém-chegada, a Região Sudeste, que aparentemente era privilegiada, porque tinha muita água, mas hoje os cursos de água estão diminuindo, rios estão morrendo e a qualidade da água chegou a um nível insuportável. Temos na região de maior concentração populacional do País um drama que o Deputado Aloizio Mercadante mencionou, como é o problema de São Paulo, que gerou, não por acaso, o mais avançado sistema de gestão de recursos hídricos que temos hoje no Brasil, exatamente porque a água é mais escassa.

O que quero lembrar é que a gestão é a resposta que podemos dar para a escassez. E essa gestão tem múltiplas dimensões, que estamos vivendo intensamente no Brasil. Em primeiro lugar, a legislação que se criou no Brasil, especialmente a Lei nº 9.433 e a Lei da Agência Nacional de Águas, foi, talvez, um caso único na história do nosso País de lei participativa, que provocou em todos os recantos do País – nas associações profissionais, nas organizações não-governamentais, no Congresso Nacional – debates infundáveis, inclusive interativos. E essa lei resultou de um consenso a

que chegamos para encaminhar de maneira mais agressiva um problema que ia crescendo e se avolumando muito.

O Prof. Cândido Mendes está com a nostalgia da Lei das Águas de 1934, que foi uma bela lei. Mas no Brasil temos uma tradição muito grande de boas leis que não são cumpridas. São leis criadas e ninguém as tira do papel. O fato novo que essa nova legislação está criando para o Brasil é que não acreditamos que essa lei sozinha vá fazer alguma coisa. Estamos certos de que só vai funcionar se realmente o seu espírito fundamental for cumprido, que é a idéia de um planejamento descentralizado e participativo nas bacias hidrográficas, nos comitês de bacia, criando agências de bacia e rompendo, de certa maneira, com um federalismo anacrônico. A grande inovação do federalismo brasileiro é que estamos partindo hoje para um federalismo cooperativo, isto é, um federalismo que numa bacia hidrográfica exige a cooperação de vários municípios, exige uma participação mais neutra e menos politizada dos estados e um extremo cuidado da intervenção do Governo Federal. Quer dizer, na verdade, o espírito da lei – não sei se para o bem ou para o mal, eu pessoalmente acho que foi para o bem – foi descentralizador. É preciso apostar na idéia de que outorgas, de que todas as decisões que forem tomadas, que digam respeito, primeiro, a restringir demanda, racionalizar demanda, poupar a água e todas as decisões que dizem respeito ao múltiplo uso da água e, portanto, ao seu uso econômico, sejam mediadas pelo processo participativo.

Quando a outorga ou o pagamento da água se introduz no processo, não significa necessariamente a mercantilização abominável da nossa sociedade de fim do século XX. Ao contrário, penso que, pela primeira vez, vamos fazer com que aquele que use a água pague por ela. A lei anterior, muito boa no espírito, foi totalmente apropriada pelo uso hidrelétrico da água, o que aliás tornou o Brasil um País de matriz energética limpa, mas que sufocou todos os outros usos, ou, pior, deixou correr solta a apropriação da água para fins econômicos. O Brasil é um tímido País no que se refere à irrigação, mas sabemos que ela consome extraordinária quantidade de água e tem custo político muito alto.

Queremos resgatar a idéia de que dar um preço à água não significa necessariamente perder a dimensão da lei, que é muito forte no que diz respeito a situações de escassez e absoluta prioridade para o consumo humano e a perpetuação dos animais. Essa questão do público em relação à água será muito importante.

No entanto, o grande desafio – consultei meu mestre, Boff – é o seguinte: quando discutimos o bem comum e o que está em jogo, ou seja, a visão humanista do mundo, deparamo-nos com uma contradição fundamental do ser humano, qual seja a de que o ser humano quer somente para ele o que puder conseguir. O ato de repartir tem de ser político, sacramentado por instituições políticas. Não podemos ingenuamente acreditar que haverá grande conversão moral e que as pessoas se espiritualizarão por si mesmas. Precisamos realmente fazer essa catequese fundamental, mas precisamos apostar nas instituições políticas e na informação que vai permitir a decisão. O Brasil é um País carente de informação. Nunca conseguimos tomar a decisão certa porque não temos os dados adequados para decidir.

O futuro dessa lei portanto, dependerá, e muito, do fortalecimento do público na mediação e na arbitragem dos conflitos e das informações necessárias para que todos

os cidadãos brasileiros pertencentes a um comitê de bacia hidrográfica possam agir em favor do interesse coletivo.

Muito obrigada.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço à participação da Sr<sup>a</sup> Aspasia Camargo.

Registro ainda a presença de Jaime Luiz Muraro, Prefeito de Tangará da Serra, Mato Grosso, e de Hamilton Pereira, nosso irmão da Fundação Perseu Abramo.

Lembro a todos os jovens presentes que o encerramento deste ato acontecerá na rampa do Congresso Nacional com o brinde das águas. Informo aos que ainda não receberam suas taças que poderão recebê-las no local. A Sr<sup>a</sup> Aspasia acabou de dizer que todos gostamos de nos apropriar das coisas, e na verdade ficamos namorando a taça do brinde das águas para levar como lembrança.

Concedo a palavra ao Reitor da UnB, Dr. Lauro Morhy.

LAURO MORHY – Excelentíssimas autoridades, estudiosos que compõem esta Mesa, excelentíssimas autoridades do plenário, prezados participantes, especialmente nossos queridos estudantes que se encontram presentes, gostaria de declarar que estou essencialmente de acordo com o que foi dito pelos nossos palestrantes. Acrescentarei apenas alguns aspectos.

Primeiramente, no que diz respeito ao que existe na natureza em termos de uma verdadeira sinergia, consideramos que a natureza funciona sinergisticamente e que o grande destruidor dessa sinergia tem sido mesmo o homem. Existe uma lei, uma termodinâmica – e entro um pouco nesse caminho porque sou engenheiro químico, ideólogo molecular, então, para mim, estas coisas são mais comuns, mais inteligíveis – que diz que a entropia do universo é crescente. Sendo a energia do universo crescente, para que evitemos essa desordem, é preciso que haja a antientropia, isto é, a própria vida.

Como já foi bem lembrado, a água existe há muito. Tem água poluída, despoluída, reciclada, potável, dos mares, que compõe a grande parte existente na superfície da terra, mas nós, brasileiros, realmente fomos beneficiados, premiados por Deus por temos muita água. Temos de nos conscientizar do assunto água, porque, de certo modo, talvez por termos tanta água, sempre vivemos anestesiados. Sou da Amazônia, nasci no meio da água. Com certeza, o Brasil é um privilegiado quanto a isso e precisamos entender o valor da água neste momento e trabalhar pela sua preservação e pelo seu bom uso como bem comum.

A natureza, realmente, é perfeita sinergisticamente. O homem precisa trabalhar contra o processo entrópico, isto é, precisa ter leis, regulamentos, entendimento entre as pessoas para que não predomine essa desordem também no que diz respeito à água. Tudo no mundo tem memória. As coisas não apareceram por acaso. Agora mesmo estamos na época do genoma, que sempre existiu. Mas só agora nos conscientizamos de que ele realmente existe e de que ele é a memória da preservação e da continuidade das espécies. Do mesmo modo, pode-se dizer que existe uma situação de organização tal que prevalece também a organicidade, o sinergismo no que diz respeito, inclusive, ao inanimado. Pode-se dizer, portanto, que Gaia existe.

Para concluir, gostaria de lembrar que as leis não são imutáveis. O horror econômico sempre vem depois do horror político. Precisamos, portanto, trabalhar correta e politicamente para que não nos arrependamos do que vem depois do horror político e da destruição da própria natureza, porque o que está em jogo agora é a sobrevivência da própria humanidade.

Uma última explicação: entre a ética dos que falam e a ética dos que praticam, fico com a dos últimos.

Obrigado.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço ao Reitor da UnB, Dr. Lauro Morhy.

Infelizmente, não teremos tempo de abrir para o debate. Eu gostaria que V. S<sup>as</sup> encaminhassem, se possível, por escrito, porque temos dois problemas: o brinde das águas, que se dará em seguida, e a ocupação deste espaço para a realização da Segunda Conferência das Cidades.

Como não teremos tempo de fazer um debate mais amplo, concederei a cada expositor 2 minutos para dar o seu recado final. Vou inverter a ordem, começar do último para o primeiro.

Após as breves palavras, passaremos ao nosso brinde das águas. Para isso, insisto, convido a todos. Repito que estamos recolhendo as contribuições por escrito, para que elas possam sair publicadas nas conclusões deste nosso trabalho.

Tem a palavra o Sr. Leonardo Boff – agora de trás para a frente – , que disporá de dois minutos para oferecer à juventude e aos maduros, também, a sua bênção final.

LEONARDO BOFF – Sigo o imperativo do nosso Reitor, que disse que a ética que conta é a ética do ato, não a ética das prédicas, das práticas. Quando escovamos os dentes, logo vamos ser responsáveis com a água. Como fazemos normalmente? Abrimos a torneira, deixamos escorrer a água e escovamos os dentes. E lá se vão embora, pelo menos, sete litros de água potável. No gosto do brasileiro, ao tomar banho, lá se vão entre vinte e cinco e trinta litros absolutamente desperdiçados.

Quando nos conscientizamos da importância da água para nós, para os outros, para o sistema global da terra, abrimos a torneira, molhamos a escova, fechamos a torneira, escovamos os dentes, como os dentistas nos pedem que os escovemos, abrimos novamente a torneira, enxaguamos a escova e, finalmente, saímos. Creio que é uma forma responsável e ética de usarmos a água. E assim devemos fazer com outros elementos cada vez mais escassos da natureza.

Eu queria pedir para que não deixemos de arder dentro de nós essa paixão pelo nosso planeta, pela nossa água, por tudo aquilo que é importante, pela vida que não é só nossa, mas de todo o sistema. Se não ardermos por dentro, muita gente lá fora vai morrer de frio.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Obrigado, Frei Leonardo Boff.

Tem a palavra o Reitor Cândido Mendes, com o seu entusiasmo.

CÂNDIDO MENDES – Ressalto a importância da lei do regime hídrico brasileiro. Ela entrega o assunto, mais do que ao Estado, à comunidade. Entre as agências que ela convoca para realizar isso, está a que V. S<sup>as</sup> representam, que é a comunidade. Não

conheço uma lei no Brasil que tenha jogado tanto sobre a sociedade civil do que exatamente esta, tanto nos seus conselhos quanto essencialmente na sua mobilização.

O que me preocupa é o contrabando de uma certa modernização. Talvez eu seja nostálgico. Estou de acordo que a água tem um custo, mas isso não quer dizer que ela tenha um preço. A partir daí, estamos de acordo. A meu ver, há um retrocesso, no que está no art. 2º da atual lei, mas, com essa ação da comunidade como tal, vamos entender que a equação certa não é globalização e mercado, mas fraternidade, comunidade e, de fato, o mundo que queremos e a utopia que vamos realizar.

Muito obrigado.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço ao Reitor Cândido Mendes pelas palavras.

Tem a palavra o Sr. Riccardo Petrella, a quem peço aguardar um momento, a fim de que as pessoas possam colocar os seus aparelhos de tradução simultânea.

RICCARDO PETRELLA – Podemos sublinhar três idéias. A primeira de que devemos trabalhar até que a água seja utilizada como o primeiro bem comum patrimonial da humanidade e de todos os seres viventes. Temos necessidade de um símbolo real da “mundialidade” da condição humana. A água deve se transformar no primeiro bem comum mundial. A segunda idéia é dizer que isso é possível. Não é verdade que se trata de uma utopia bonita e, no momento, muito comovente de se encontrar aqui juntos tantos jovens que querem falar bem. Mas não é isso. Realizar essa idéia é possível, porque é possível em 2020 ou 2025 ter uma população mundial em que todos possam ter acesso à vida. Não é impossível. Por que não fazer um plano, não um Plano Marshall mundial, mas por que não fazer um plano coletivo como foi aquele de mandar o homem à lua? Por que não damos a todos o acesso à água? Custou muito mais mandar o homem à lua do que custará tentar, daqui até o ano 2020, dar água a todos. Em termos financeiros custa menos. Portanto, não é impossível.

Aproveito, olhando para este copo de água, para ressaltar que ele representa um convite à jóia. Por que não fazer da água um símbolo da jóia, da riqueza do viver juntos?

Com essas idéias, agradeço terem sido tão numerosos e tão gentis nas suas intervenções neste Encontro das Águas, premonição de um futuro em que as pessoas terão a vontade de querer viver juntos. De minha parte, agradeço muitíssimo.

COORDENADOR (Deputado Jaques Wagner) – Agradeço a todos os amigos, companheiros presentes. Quero lembrar, até por questão de justiça, que esse trabalho foi possível com a contribuição dos funcionários e colaboradores da Terceira Secretaria, do gabinete do Deputado Distrital Chico Floresta e dos gabinetes da Liderança do PT e do Deputado Aloizio Mercadante. Faço questão de registrar que foi um trabalho de grande monta e quero agradecer também a todos pela contribuição. Foi muito o trabalho para que pudéssemos ter esta tarde um brinde verdadeiro à água.

Quero lembrar, como Leonardo Boff e Aspasia disseram, que precisamos inverter o conceito que existe no Brasil. Para nós, o bem comum, o patrimônio público é como se não fosse de ninguém. Ou nos convencemos de que o bem comum, o patrimônio público é de todos, ou, seguramente, não haverá espaço para continuarmos vivendo no planeta.

Quando jogamos um papel na rua, sujamos um rio ou desperdiçamos água, crendo que aquilo é de ninguém, é bom lembramos que é de todos, incluindo cada um de nós que, às vezes, comete o equívoco de imaginar ser de ninguém.

Lembro-me de uma passagem, quando guri, no Rio de Janeiro, com 17, 18 anos, na idade de alguns de vocês, recebemos a visita de um engenheiro do Estado de Israel, que, como em muitos países do Oriente Médio, vive uma profunda dificuldade de acesso à água. Fiz, com aquele engenheiro, uma viagem de carro do Rio de Janeiro até a cidade serrana de Teresópolis, cuja estrada é entrecortada por quedas de água, pequenas quedas de água. Vi aquele cidadão chorando enquanto olhava a água correndo com tanta naturalidade.

Espero que nós, brasileiros, abraçados ao resto do mundo, sejamos inteligentes o suficiente para não precisarmos chorar ao ver o verde ou a água correndo à nossa frente.

Muito obrigado pela participação de todos vocês. Vamos sair todos juntos, já que é uma questão de cuidado e de parceria, levando os copos, aqueles que já os receberam. Não é preciso correr. Vamos para a rampa do Congresso para que possamos fazer o brinde das águas.



*“A água é pura, é casta, é vida. Sem água ninguém vive, nem as plantas, nem os animais, nem nós, seres humanos. Sem água, a Terra vira deserto estéril. Com água tudo é alegria, cor, festa e vida. Temos trazido águas do Brasil inteiro, para simbolizar nosso cuidado para com as águas. O Brasil pode ser a potência das águas. Pode fornecer água para as sedes do mundo inteiro. Ergamos nossos copos com as águas. Queremos abençoá-las em nome d'Aquele que se apresentou como água viva e fonte inebriante de água que jorra vida para sempre. Senhor do universo, Pai e Mãe de infinita hondade. Fonte de onde tudo promana: conservai essas águas para que nos garantam vida e saúde. Que elas continuem abundantes para todos os seres vivos, para nossos irmãos e irmãs humanos, para as crianças dos sertões e da favelas, para as nossas vilas e cidades, para todos os sedentos. Para isso, ajude-nos a cuidar das águas, de suas nascentes, das matas ciliares, da limpeza de seus cursos. Que elas nos cheguem puras e límpidas às nossas casas. Que essas águas nos limpem por dentro e por fora e que sempre nos recordem a Vós, Fonte imorredoura de vida e de imortalidade. Amém.”* (Leonardo Boff, Bênção das águas)

## Carvoeiros

Pedro Tierra

### I

O cerrado prefigura o carvão?  
O capim agreste quando não se acende pelas coivaras do sol,  
guarda estoques de queimadas para empregar nas secas futuras.  
A secreta ciência dos bichos adverte: ali ema não bota ovo.

– O cerrado sabe seus atalhos...  
A promessa de vida que no ovo lateja,  
o trabalho da vida que dentro lateja,  
o disparo de vida interrompido no ovo  
adia a vida que pulsa nos seus guardados:  
a vida sabe,  
a vida se esquia para prosseguir.  
As astúcias da vida inventam umidades  
para derrotar os ministérios do fogo?

– Quem saberá? O cerrado é celeiro de águas: nascentes.  
O cerrado prepara o deserto?  
Será o caminho percorrido entre o areal e a floresta?  
Ou, ao contrário, é passagem entre a floresta e o pó?

O cerrado é a multiplicação,  
as infinitas diferenças:  
o labor paciente do mel das frutas e seus ácidos.

O cerrado incorpora o trabalho dos ventos,  
das águas exiladas,  
sacudidas do lombo  
pelas forças primitivas da terra.

O cerrado é assim: desigual.  
O trabalho dos homens organiza o cerrado.  
Organiza desertos transgênicos de soja.  
Desertos verdes de soja,  
desertos secos de soja,  
desertos...

### II

O carvão dos cerrados  
desorganiza o alento dos homens.

A respiração sob a fuligem,  
envenena a infância dos homens: sangra.  
Sufoca.

Aterra na cinza a promessa do vôo.

Os olhos desses meninos libertam,  
sob a fuligem, fagulhas  
de arrastar entre os fornos  
os ossos da infância.

As linhas das mãos humanas prefiguram o deserto?  
Contemplo as mãos do carvoeiro.  
Ásperas. Negras. Anotecidas pela jornada.  
Empunharam durante o dia as sementes do sol  
presas nas tochas, na boca dos fornos.

Agora que se vai o sol, sitiado pela extensa escuridão dos cerrados,  
as tochas são sementes de um sol extinto  
trabalhando celeiros de noite e carvão.

Conhecerão algum dia,  
essas mãos pesadas sobre a mesa,  
o surdo poder que carregam:  
a possibilidade do deserto?

### III

O forno figura um ovo.  
Um ovo de terra úmida:  
barro arredondado  
pelas mãos do carvoeiro.

Um ovo que arde na fumaça.  
Um ovo grávido de morte:  
Devora...

a lenha dos homens,  
a vida dos homens,  
os sonhos dos homens,  
os homens.

O carvoeiro faz o forno.  
O forno refaz o carvoeiro.  
Assalta sua pele, os olhos, a medula:  
o carvoeiro sonha sonhos de carvão.

O carvoeiro faz o forno.

O forno refaz o carvoeiro.  
Multiplica-o em cada forno novo:  
ovo onde a morte lateja.

O carvoeiro quando *mira o gato*, contratador,  
seus olhos padecem de destellos.  
Recriam os primitivos territórios da vida avulsa,  
de onde veio e atinam por um instante:  
a distância é a mãe dos submissos.

As mãos estendidas para recolher o vale  
que prolonga sua servidão  
sabem de êxodos e algemas:  
os braços adquirem a feição escura dos machados.

### IV

O lingote de aço  
contém no seu fogo  
a paisagem que devorou?

O lingote não oferece,  
antes esconde dos meus olhos,  
a paisagem devastada.

A usina se nutre  
dos ossos dos cerrados  
e dos sonhos escassos dos homens.

A usina converte em aço,  
a paisagem e em cinzas,  
o coração dos homens.

O lingote é o filho aceso  
da usina que oculta no seu fogo  
a lógica do deserto.

Brasília, 21 de junho de 2000.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

OS nº 01016/2001

**Apoio:** Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação